A Coletânea Cenecista: o chamamento ao ideal cenecista na produção de uma memória institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

ARTHUR RODRIGUES DE LIMA¹

Resumo: O presente artigo, partindo da possibilidade de analisar os escritos institucionais produzidos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), teve como objetivo refletir sobre a produção de uma memória educacional e institucional da Campanha, que buscou produzir uma identidade homogênea sobre a história da instituição, a ser incorporada por todos os sujeitos que integravam a Rede. Por meio da leitura dos textos contidos na Coletânea Cenecista, foi problematizado, a partir da metodologia da análise de discursos, como a publicação de tal impresso esteve relacionada à produção de uma memória institucional sobre a Rede com base em uma história laudatória e apologética, que visou estabelecer modos de lembrar e contar a história da instituição e a vida de seus fundadores. Ademais, atua como elemento definidor de uma pedagogia normativa, destinada a produzir exemplos e testemunhos a serem seguidos por alunos, professores e demais membros de suas comunidades escolares, enquanto sujeitos ideais da causa cenecista.

Palavras-chave: Coletânea Cenecista. CNEC. História da CNEC. Ideal cenecista.

The Cenecist Collection: the call to the ideal cenecist in the production of an institutional memory of the National Campaign of Community Schools

Abstract: This paper, based on the possibility of analyzing the institutional writings produced by the National Campaign of Community Schools (CNEC), aimed to reflect about production of an educational and institutional memory of the Campaign, to produce a homogeneous identity on the history of the institution that should be incorporated by all the subjects that were part of the Network. Linked to the creation of desired subjectivities based on the ideals defended in the print. Through the reading of the texts contained in the collection Cenecista, it was problematized from the methodology of the discourse analysis, as the publication of the collection was related to the production of an institutional memory about the Network from a laudatory and apologetic history, aimed at establishing ways of remembering and telling the history of the institution and the life of its founders. As well, acting as a defining element of a normative pedagogy,

designed to produce examples and testimonies to be followed by students, teachers and other members of their school communities, as ideal subjects of the cause *cenecista*.
Keywords: Collection *Cenecista*. CNEC. History of CNEC. Ideal *Cenecista*.

La colección del *cenecista*: la llamada a ideal *cenecista* en la producción de una memoria institucional de la Campaña Nacional de las Escuelas de la Comunidad

Resumen: El presente trabajo, a partir de la posibilidad de analizar los escritos institucionales producidos por la Campaña Nacional de Escuelas de la Comunidad (CNEC), tuvo como objetivo, reflexionar sobre la producción de una memoria educativa e institucional de la Campaña, que buscaba producir una identidad homogénea en la historia de la institución, para ser incorporada por todos los sujetos que formaban parte de la Campaña. Vinculado a la elaboración de las subjetividades deseadas en base a los ideales defendidos en la publicación. A través de la lectura de los textos contenidos en la Colección *Cenecista*, fue problematizado a partir de la metodología del análisis del discurso, cómo la publicación de tal impresión estaba relacionada con la producción de una memoria institucional sobre la Campaña a partir de una historia laudatoria y apologética, cuyo objetivo era establecer formas de recordar y contar la historia de la institución y la vida de sus fundadores. Asimismo, actúa como elemento definitorio de una pedagogía normativa, diseñada para producir ejemplos y testimonios a seguir por los alumnos, maestros y otros miembros de sus comunidades escolares, como sujetos ideales de la causa *cenecista*.

Palabras clave: Colección del *cenecista*. CNEC. Historia de la CNEC. Ideal *cenecista*.

Introdução

A partir da década de 1980, o campo da História da Educação passou por consideráveis transformações. As reflexões desenvolvidas até então passaram da análise das reformas educacionais ou discussões sobre os pensadores da teoria educacional para uma análise das práticas e dos discursos em torno do saber/fazer educativo. Sendo assim, este artigo pretende problematizar como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) planejou, a partir da publicação do compêndio didático *Coletânea Cenecista* em 1994, produzir uma memória educacional a respeito da instituição atrelada a uma versão cristalizada da história da entidade.

Segundo Sena e Barbosa (2012), durante muito tempo, os compêndios didáticos produzidos por diversas instituições educacionais serviram como um mecanismo de regulação da leitura e agente de controle dos discursos produzidos e reproduzidos no âmbito das instituições escolares, reorganizando o que devia ser dito e como poderia ser dito.

Para a professora Elizabeth Ellsworth (2001), a educação também atua por meio dos modos de endereçamento que visam forjar sujeitos ideais, criando, assim como a linguagem cinematográfica, posições de sujeito a serem ocu-

padas por seus alunos e professores, a corresponder fantasias de sucesso ou poder. Os textos são produzidos de modo a inspirar respostas desejadas, tendo a Coletânea Cenecista assumido, dessa forma, o caráter de dispositivo normativo de endereçamento dos valores e ideais ligados à produção da memória institucional da CNEC.

A Coletânea Cenecista, enquanto um compêndio, caracterizou-se como um objeto de produção de discursos da CNEC, a qual, por meio daquela, constituiu uma teia discursiva (FOUCAULT, 2000) associada à figura de seu fundador e à sua história institucional. Mergulhados em jogos de intencionalidades, os arranjos que compuseram a Coletânea pretendiam agir sobre os sujeitos imaginados que se localizavam em seus estabelecimentos de ensino.

Ainda de acordo com Sena e Barbosa (2012), tais estruturas editoriais estão, em sua maioria, ligadas a inúmeros esforços de legitimação de discursos e postulados. Portanto, ao pensar a Coletânea Cenecista, questionam-se os jogos discursivos imbricados em sua montagem e produção, no sentido de problematizar aquilo que está nas entrelinhas de tais páginas. A Coletânea buscou demonstrar quem os administradores da Rede e os organizadores do impresso imaginavam quais eram ou deveriam ser suas comunidades escolares e os diversos sujeitos que as compunham.

Diante disso, estando à confecção da Coletânea Cenecista ligada a um exercício de escrita e produção de uma memória educacional por parte da Diretoria da CNEC, por meio de tal publicação a Rede visou levar seus alunos, professores e demais membros da comunidade escolar a um processo de subjetivação e assujeitamento, a partir dos jogos de relação poder/saber que consolidariam uma pretendida identidade cenecista, um “ajuste perfeito”, imagens de “cenecistas ideais” forjadas pelos administradores da Campanha.

Imersa em uma sociedade marcada pela serialização dessas poderosas fábricas de subjetividade, ao apresentar a história institucional por meio da Coletânea Cenecista, a CNEC produziu uma memória educacional sobre a Rede em um dado momento histórico, com vistas a moldar corpos e mentes aos valores pregados pela instituição (FOUCAULT, 1997).

Ao produzir e publicar a Coletânea Cenecista, os gestores da CNEC estiveram preocupados em erigir modelos a serem seguidos por sua comunidade escolar, em estabelecer esquemas e valores a serem incorporados e, acima de tudo, em produzir, por meio do exercício da escrita, uma verdade absoluta sobre si, que se objetiva questionar e problematizar: como, por intermédio do impresso, os organizadores da publicação pretenderam normatizar as condutas para que os alunos e os demais membros das comunidades escolares cenecistas tivessem suas condutas formadas e educadas pela leitura desse impresso?

A força de um ideal: a Coletânea e o chamamento ao ideal cenecista

A Coletânea Cenecista perpassou o processo de produção daquilo que Foucault (1997) denominou “técnicas de si”, isto é, procedimentos que, sem dúvida, existem em todas as sociedades; são pressupostos prescritos aos sujeitos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças às relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si. Buscou-se refletir sobre como os conselhos de conduta presentes na Coletânea estiveram ligados à produção discursiva dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a CNEC com o intuito de atuar enquanto uma forma de governo sobre todos aqueles que compunham a Campanha pelo país.

Para Michel Foucault (2014, p. 41-42):

todo sistema educacional é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem sobre si. [...] O que é afinal um sistema educacional de ensino senão uma ritualização da palavra e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam, senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso, senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?

Com base na afirmação de Foucault, observa-se então que os organizadores da Coletânea almejavam, diante de tal aspecto, ritualizar as palavras a serem ditas sobre a CNEC e a vida de seus fundadores, fixando os papéis que deveriam ser desempenhados, a partir dos postulados então defendidos, por alunos, professores e gestores escolares. Pretenderam, por meio da publicação, materializar as concepções educacionais de seu sistema, tornar visíveis seus saberes e poderes pelo exercício da escrita, ao mesmo tempo que, mediante a constituição desses discursos, sugeriram subjetividades, modelos de identidade a serem incorporados por suas comunidades escolares, às quais a Coletânea foi destinada.

A partir da produção e publicação da Coletânea Cenecista, os administradores da CNEC intentaram materializar esse exercício de ritualização da palavra e almejavam fixar uma memória acerca da CNEC a todos aqueles que, porventura, integrassem na Campanha pelo país. É o que se verifica no convite posto a todos os cenecistas no prefácio do volume I da Coletânea:

Venham partilhar conosco desta aventura maravilhosa e emocionante, como a narrativa bíblica, para conhecer os apóstolos do cenecismo, a sua doutrina, os milhares de templos que construíram pelo Brasil afora, a fim de compreender o quanto é possível a um povo fazer quando acredita na proposta, na doutrina e nos pregadores. Nestas páginas os senhores encontrarão igualmente narrativas e salmos, como hinos de louvor e práticas do preceito bíblico: amai-vos uns aos outros (SOUSA, 1994, p. 9).

O trecho anterior foi escrito por Sebastião Garcia de Sousa, que foi secretário-geral da CNEC e, ao lado de Felipe Tiago Gomes², responsável pela escolha das obras que compuseram a Coletânea Cenecista. Tal citação deixa claro como os organizadores pretenderam doutrinar e estabelecer paradigmas a serem aceitos e postos em práticas, pois, tal qual a verdade bíblica, esses “heróis da história” da CNEC fizeram parte de seu hagiográfico³, cujo modelo fiel deveria ser seguido pelos membros de suas escolas.

Na visão dos idealizadores da Coletânea, suas escolas eram templos de saber, marcas indelévels da trajetória desse “Povo Eleito que caminhava sobre a Terra no intuito de extirpar a ignorância e a falta de saber” (SOUSA, 1994, p. 9). Na imagem discursiva produzida na Coletânea Cenecista, a CNEC conseguiu chegar aonde queria porque teve “apóstolos fiéis” que não titubearam em assumir de forma radical a doutrina liderada por Felipe Tiago Gomes.

Todo exercício escriturístico parte da relação de um lugar com uma instituição; logo, ao estar diante da Coletânea Cenecista, reflete-se sobre as técnicas da CNEC na tentativa de gestar um sujeito universal, homogêneo, a partir de dados de jogos discursivos ligados diretamente a uma conformação das pessoas, condicionadas a modelos comportamentais. Essa é uma verdade posta desde sempre sobre a História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Essa “verdade incontestável” no ponto de vista dos organizadores foi produzida a partir de diversas estratégias empregadas pela entidade, como a publicação de seus escritos institucionais por meio da Coletânea Cenecista, que era enviada às diversas escolas da Rede. Caracterizou-se como um instrumento fruto da tentativa de uniformizar e controlar os discursos que circulavam na Rede.

Os coordenadores buscaram reafirmar, a partir da publicação, a história, os valores e a doutrina da instituição, além de criar e heroicizar figuras relevantes na história dela, esperando, com isso, que essa identidade cenecista, como que uma essência do movimento, não se perdesse.

Ao produzir os volumes da Coletânea, os organizadores do impresso se dedicaram a um esforço de singularização de sua memória educacional, e, como se sabe, segundo Eni Puccinelli Orlandi (2007, p. 53),

todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio, [...] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará necessariamente não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos.

Portanto, em vez de querer falar da Rede Cenecista com a publicação da Coletânea, os coordenadores do impresso pretenderam também dedicar-se a um exercício inverso, isto é, silenciar sentidos, promover um silêncio fundador que levasse à afirmação de discursos sobre si, e não outros, seleção que visou restrin-

gir possibilidades de sentidos para as trajetórias desses personagens na Rede, ao mesmo tempo que instaurou um lugar de fala. Ademais, intentou silenciar lugares contrários ao ponto de vista de seus organizadores e produzir uma narrativa institucional sobre a história da Campanha.

Diante da produção de uma memória educacional da CNEC, é fundamental “queimar o que já sabemos para fazer de novo o vazio” (LARROSA, 2004, p. 315). Percebe-se que os conceitos podem servir ou não, por isso é necessário questionar o que todo mundo sabe, o que todo mundo diz, o que todas as pessoas pensam, o que, para Larrosa (2004), configura-se em um automatismo do dizer, do saber e do pensar, visto que todo discurso parte de um princípio de controle e de disciplina e, assim, fixa limites, forja identidades e produz subjetivação.

Esse exercício de questionamento integra a operação historiográfica (CERTEAU, 2010), que é realizada a partir de indagações e de fontes, as quais permitem ou não ao historiador perscrutar, arguir, problematizar e analisar. As fontes são a matéria-prima dos amantes de Clio em seus trabalhos de louvor à deusa. Uma das metáforas mais conhecidas, produzidas na historiografia, e lembrada por Funari (2006) é a ideia de fonte, ainda em um sentido positivista: tal qual da fonte jorra água que mata a sede, dos documentos jorrariam informações para o historiador.

Todavia, com o passar dos anos, chegou-se à conclusão de que os documentos, sejam eles quais forem, podem sim jorrar informações, porém desde que sejam questionadas e indagadas de forma pertinente pelo historiador em seu exercício interpretativo. No tato com o documento, é necessário, acima de tudo, paciência e leitura, pois “o essencial nunca surge de imediato” (FARGE, 2009); não é sempre que se encontra um Menocchio; logo, é fundamental ler, ler de novo, afundado cada vez mais em um mar de perguntas e indagações.

De acordo com Certeau (2010, p. 79): “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz delas a história”. Desse modo, após o movimento denominado Nova História, identifica-se, no cerne da historiografia, uma verdadeira ampliação do que o historiador entedia por fonte até então.

Por meio de uma relação interdisciplinar com as ciências sociais, os historiadores passaram a considerar para a produção do conhecimento histórico quaisquer vestígios do passado, quaisquer sinais que possibilitassem um questionamento e uma melhor compreensão dos modos de ser da humanidade ao longo dos tempos.

Por meio da conexão desses vestígios e de sua análise e problematização, o historiador tece uma interpretação ou constrói uma verdade, mutilada e lacunar, sobre o passado, tendo em vista a impossibilidade de atingi-lo tal qual aconteceu, configurando-o enquanto a imagem do presente habitado por seu observador, e a história é uma verdadeira acumulação de interpretações relativas.

A história parte do trabalho com objetos perdidos, é um conhecimento tecido por vestígios que, de acordo com Passeron (*apud* PROST 2015, p. 66), “serve-se dos vestígios deixados do passado, de informações residuais concordantes, de contextos não diretamente observáveis”.

Compreende-se, assim, que os documentos não se tratam de testemunhas do passado, mas sim existem a partir das perguntas feitas pelo historiador; são produtos do ofício histórico e não existem *in natura*. As fontes assumem o papel de espelhos deformantes, as quais “não são nem janelas escancaradas como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos, no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes” (GINZBURG, 2002, p. 44).

Destarte, cabe ao historiador ser capaz de “produzir o mel na ausência das flores habituais” (FÉVRE *apud* TEDESCO, 2014, p. 124), ser capaz de construir a canoa da história no estaleiro do tempo, mesmo que não encontre as mais nobres madeiras. Ao observar a organização e a consequente publicação da Coletânea Cenecista, percebe-se que os documentos institucionais (que, em sua maioria, apresentam um caráter puramente descritivo-interpretativo dos aspectos históricos da instituição, por terem sido elaborados por autoridades erigidas por ela mesma para sua confecção) podem adquirir um poder de construção da história da instituição na dimensão de presentificação do passado apresentado de forma gloriosa e heroica, sem destacar possíveis desvios ou contradições no movimento.

Esses documentos podem, ante um olhar menos atencioso, ser tomados por provas cabais, e não enquanto representações possíveis de inúmeras leituras palpáveis referentes à instituição. Segundo Flávia Werle (2017, p. 59), tais documentos se apresentam muitas vezes enquanto:

autoridade inquestionada e diferenciada, funcionando quase como a instituição em si, a verdade, a história que realmente foi, a expressão real da história daquela instituição escolar. Tendo sido escrito por uma autoridade na época – diretor, superior –, no sentido político e jurídico, ele adquire um estatuto de poder e autoridade que impõe aquela representação da história da instituição escolar. Neste particular, vale citar as crônicas, geralmente presentes em estabelecimentos particulares, elaboradas por membro da ordem religiosa instituído formalmente para fazê-lo e que, por isso e por tradição, constitui o eixo central da história institucional, tomadas como prova e não questionadas como uma das possíveis leituras da história daquela instituição. Da mesma forma assim se enquadram os resumos históricos feitos na instituição, em geral para relembrar seus grandes momentos, apresentados ao público em datas festivas como a face do passado a ser relembrada.

Uma coletânea é um conjunto de trechos de obras ou de autores arrolados sobre diversos critérios. A Coletânea Cenecista foi publicada pela Editora Cene-

cista no ano de 1994, quando a Rede ainda vivia as festividades de seus 50 anos de fundação. Nesse período, ela atravessava um momento de transição em sua própria filosofia, afastando-se dos postulados da filantropia e aproximando-se do modelo das escolas particulares.

Tendo defendido durante muito tempo em sua filosofia o ideal de Escola da Comunidade, uma instituição criada e mantida com o auxílio do Estado, destinada ao ensino de pessoas carentes, a CNEC já não contava com o amplo apoio das comunidades⁴ no sentido de promover ações que financiassem suas unidades escolares. Ao mesmo tempo, aliado à desmobilização das comunidades, houve o processo de redução dos recursos financeiros do Estado direcionados à Rede, o que gerou mudanças administrativas nela, tendo a entidade assumido de forma substantiva, a partir dos anos 1990, o espírito das “escolas privadas”.

Nesse período, a CNEC tanto se dedicou ao ensino secundário, que foi a razão de criação da instituição, como também, por causa das limitações financeiras da nova conjectura vivida na segunda metade do século XX, passou a desenvolver atividades alternativas, visando manter a saúde financeira da Campanha. A Rede se dedicou ao ensino técnico profissionalizante a partir da realidade em que suas escolas estavam inseridas, criando fazendas escolas, entre outros estabelecimentos que delineavam a adequação da estrutura da entidade aos novos tempos, como ocorreu na cidade de Picuí, na Paraíba, com a criação do Colégio Comercial 5 de Agosto no início da década de 1970, que ofertou cursos de Contabilidade para os estudantes da região de Picuí, como também cursos na área de Mineralogia; logo, a Rede dispunha de um eixo voltado para o ensino secundário e técnico.

Gradativamente, a CNEC perdeu espaço nas regiões interioranas para o ensino público gratuito, alternativa mais viável para os pais que, muitas vezes, tinham de pagar o estudo de seus filhos, mesmo que a preços menores em relação a outras escolas, das unidades cenecistas, caso não conseguissem bolsas, além de comprarem material escolar, fardamento, entre outros insumos que oneravam a Educação Básica. A escola pública, em seu processo de ampliação a partir do processo de redemocratização, emergiu enquanto uma instituição mais atrativa, e gradativamente as escolas interioranas da CNEC foram fechando suas portas por causa da nova conjectura.

As pactuações financeiras com o governo, em suas diversas esferas, diminuíam, mas cresciam no seio daqueles que geriam o grupo, pois havia concepções de que a Rede necessitava se adequar aos novos tempos, adquirindo o *status* de rede de ensino privada, já que até então as escolas cenecistas se definiam como escolas da comunidade⁵.

A Coletânea Cenecista, enquanto um exercício de escrita institucional, visou atribuir um sentido novo para a instituição, construindo uma memória histórico-educacional sobre si. Os quatro volumes da Coletânea foram organizados pelo então secretário-geral da CNEC, Sebastião Garcia de Sousa. Para ele, o

que motivou a publicação de tais volumes sobre a história da Rede foi a falta de interesse por parte de seus membros em preservarem a história da Campanha.

A Coletânea foi composta de diversos escritos que continham verdades sobre a CNEC, que se encontravam pulverizados e foram organizados em um compêndio e publicados em um exercício de afirmação identitária da própria Rede. O sentido era que todos reproduzissem as verdades ali postas, e, com a publicação, elas fossem reafirmadas enquanto discursos; assim, a Rede buscou por meio de tal impresso propagandear seus postulados e seus valores

Partindo de tais premissas, recorreu-se nessa pesquisa à metodologia da análise dos discursos, dado que o objeto de estudo não é o texto em si, a Coletânea em sua materialidade. O trabalho avaliou como os discursos se textualizaram. “Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso” (ORLANDI, 2009, p. 72). Quanto à análise do texto, como ele foi produzido? Quem produziu? Com quais objetivos? A quem foi destinado? Como foi organizado? Isso permite compreender como, a partir da textualização, os discursos são produzidos, dados, sentidos e silenciados.

No Quadro, é possível observar a composição de cada volume que integra a Coletânea, sabendo que esta pesquisa não visou se configurar em um trabalho fechado, acabado, mas enquanto provocações para inúmeras pesquisas possíveis sobre a História da Educação, a partir da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Quadro - Demonstrativo das fontes.

COLETÂNEA CENECISTA VOLUME I
- Escolas da comunidade (Felipe Tiago Gomes - 1989)
- ABC do cenecismo (Dulce Oliveira Vermelho - 1959)
- CNEC: memórias quase história (Joel Pontes - 1977)
COLETÂNEA CENECISTA VOLUME II
- Discurso em 14 tempos (Alcides Vieira Carneiro - 1994)
- O aluno cenecista: soldado da CNEC (João Calisto de Medeiros - 1980)
- Caminhada cenecista (Dimas Guedes Patriota e Raimundo Ferreira dos Santos - 1976)
- Sonho de estudante: lição de eternidade (Evaldo Gonçalves de Queiroz - 1981)
COLETÂNEA CENECISTA VOLUME III
- CNEC: um estudo histórico (Ivanildo Coelho de Holanda - 1981)
- O predestinado (Sebastião Garcia - 1994)
COLETÂNEA CENECISTA VOLUME IV
- A força de um Ideal (Felipe Tiago Gomes - 1986)

Fonte: elaborado pelo autor.

A fim de esclarecimentos, estando os textos que compõem os quatro volumes da Coletânea alocados em diferentes temporalidades, optou-se por não adotar um marco temporal definido neste trabalho. Buscou-se contextualizar os

discursos a partir dos diferentes momentos históricos vividos pela CNEC, desde o processo de idealização e fundação da Campanha em 1943, até as influências das discussões diversas em torno do pensamento educacional no período ligadas a vertentes mais progressistas ou tradicionais da educação e ao próprio momento histórico de publicação da Coletânea em 1994. Sendo a instituição escolar um organismo vivo, a Coletânea evidencia os momentos históricos pelos quais passou a CNEC.

Os quatro volumes da publicação apresentam uma estruturação subentendida de distribuição temática, em que, no primeiro volume, estaria aglutinados livros referentes à história da fundação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Já no segundo volume, encontram-se escritos que tratam da estruturação da filosofia da Campanha com orientações para alunos e professores sobre a história do movimento. Os dois últimos volumes estão ligados à apresentação da Campanha em seu processo de adequação à política educacional do regime militar, além de possuir escritos que constituem um ponto de vista institucional sobre a vida do fundador da entidade.

De acordo com a professora Ronalda Barreto da Silva, no ano de 1995 foi realizado o 33º Congresso Nacional da CNEC:

no qual foram analisadas as realizações dos dois anos anteriores e efetivadas mudanças de rumos no sentido da maior eficiência gerencial e da elevação da qualidade dos serviços [...] esse ano se constitui em um marco na história da instituição, em razão das mudanças significativas verificadas no discurso veiculado e nas ações adotadas. A campanha assume-se como uma empresa privada e prepara-se para competir no mercado (SILVA, 2001, p. 12).

Esse foi o contexto de produção e publicação da Coletânea Cenecista. Essa fase vivida pela entidade, a partir das mudanças no projeto educacional do governo, ao qual a CNEC não mais se adequava, foi um dos fatores que levou à ideia de organização dos escritos institucionais da Rede apresentados ao fundador da instituição. No entanto, não houve uma cerimônia de lançamento. Organizada e impressa em 1994, na gráfica da Editora Cenecista, a Coletânea foi apresentada no 33º Congresso da Entidade em 1995, sendo distribuída a todas as Seções Estaduais da Campanha, que, por sua vez, ficariam encarregadas de enviar os exemplares para as unidades escolares de cada Estado da federação⁶, além de distribuir nas bibliotecas de algumas universidades.

Como toda instituição, a CNEC também passou por um processo de elaboração e reelaboração identitária, o que levou a entidade à tessitura de símbolos materiais e imateriais que afirmavam, no ponto de vista de seus idealizadores, uma “história de luta e bravura”, os desafios enfrentados na difusão do ideal cenecista de uma escola voltada para as classes mais pobres,

cuja principal força seria a capacidade de se adequar à realidade de cada comunidade em que se inseria (COLETÂNEA CENECISTA, 1994a). Para isso, do ponto de vista do idealizador da Campanha, Felipe Tiago Gomes: “sabia que tinha que empregar milhares de horas na doutrinação cenecista” (COLETÂNEA CENECISTA, 1994a, p. 112).

A CNEC compôs hinos e canções, pintou uma bandeira, dedicou-se à produção de uma história institucional da Campanha, refletida nas inúmeras obras de ex-professores, ex-alunos e ex-dirigentes da Rede, em nível municipal, estadual ou nacional, que buscaram, ao longo de sua trajetória, contar e recontar, a partir de suas experiências na CNEC, a história do movimento. Essas obras seriam agrupadas na publicação conhecida como Coletânea Cenecista.

Os organizadores do impresso produziram discursos e forjaram identidades associadas ao movimento, no intuito de que suas pretensões fossem subjetivadas por aqueles que faziam parte da Rede. A imagem do movimento foi construída de forma oficial, apresentando aqueles que faziam parte das escolas cenecistas como um “povo de Deus” que caminhou no deserto em busca de uma “Terra Prometida”, uma “terra onde todos teriam acesso à educação”, mesmo que, principalmente nas escolas abertas nas regiões interioranas, as unidades cenecistas funcionassem, muitas vezes, em prédios alugados e em condições insalubres⁷.

Essas condições eram justificadas pelos órgãos administrativos da CNEC como um preço que essa população teria de pagar para obter acesso à educação em um período em que as escolas públicas eram escassas e predominava o ensino secundário na rede privada de ensino (LOMBARDI, 2005). Entretanto, abrir vagas em uma escola nem sempre implicou acesso a um ensino de qualidade, principalmente nos primeiros anos de atividade da entidade no país, quando a Campanha era marcada pelo espírito de improviso⁸.

De acordo com Cury, Moraes e Silva (2005), desde o período imperial o Estado era visto como educador; todavia, em virtude dos problemas com o erário, tanto no Império como na República, tornou-se algo comum o Estado transferir suas responsabilidades quanto à universalização da educação para a iniciativa privada, alternativa menos onerosa.

O Estado, diz o decreto, é educador e é assim como convém ser. Mas, o erário público, impotente, não agüentaria universalizar esse indispensável estudo das primeiras letras. Daí o repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada (CURY; MORAIS; SILVA, 2005, p. 4).

Essa relação ao longo dos anos garantiu as atividades da Campanha e também a abertura de novos estabelecimentos educacionais e diversificados campos de atuação da entidade.

Os cenecistas, como eram chamados todos aqueles que integravam os quadros administrativos ou que conviviam nas diversas unidades educacionais do movimento espalhadas pelo país, deveriam, no ponto de vista de seus administradores, ser testemunhas vivas de uma história marcada pelo heroísmo e pelo espírito de humanidade elevada (COLETÂNEA CENECISTA, 1994a). Isso nem sempre saía do plano discursivo, dado que não existe “nenhum ajuste entre o endereço e a resposta, o que nos faz garantir a resposta a um determinado modo de endereçamento” (ELLSWORTH, 2001, p. 42), pois há sempre o espaço para a ressignificação das autoimagens produzidas.

No ano de 1959, foi publicado um dos primeiros escritos sobre a história da Campanha, o livro ABC do Cenegismo, da professora Dulce de Oliveira Vermelho⁹, uma das fundadoras da Rede Cenecista, então Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) no Rio de Janeiro. A partir de tal publicação, outros escritos vieram a ser publicados, o que corroborou a publicação de um compêndio com a presença de todos os textos que apresentassem do ponto de vista institucional a história da Campanha: a Coletânea Cenecista.

Os administradores da CNEC se preocuparam em produzir uma história institucional da Campanha e a trajetória dela enquanto instituição, marcando, assim, como pretendia ser lembrada em um exercício de produção de uma memória educacional caracterizada pela exaltação de figuras de destaque na história da entidade.

Considerações finais

Qual é a versão produzida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, por meio de sua história oficial, de como se deu o processo de criação, implantação e consolidação da entidade no país a partir de 1943? Este foi um dos objetivos principais da publicação, construir uma memória, estabelecer monumentos a serem cultivados por todos aqueles que tivessem acesso aos escritos historiográficos da Rede. Para isso, foi fundamental que a CNEC ressaltasse seu passado de luta, principalmente dando destaque ao processo de implantação até o reconhecimento¹⁰ da instituição por parte do governo federal, no governo de Café Filho em 1954.

A Coletânea atuou, assim, de modo a apresentar como alunos, professores e demais membros integrantes dos estabelecimentos educacionais da Rede eram enxergados, percebidos e desejados em um discurso institucional que buscou reafirmar os rastros históricos da instituição e seus personagens.

Os administradores da CNEC, ao longo de sua história, produziram diversos escritos que buscavam mostrar a história institucional da Rede, os quais estavam ligados diretamente a um processo de escrita e produção de uma memória educacional da instituição. Por meio dessas obras e da força das palavras,

a CNEC buscou “dar a ler” (LARROSA, 2004, p. 17) a sua história, a partir do ponto de vista de seus gestores, a todos aqueles que buscassem conhecer ou estudar a história da Campanha.

A Coletânea Cenecista se enquadrou nesses resumos históricos que visam construir a trajetória histórica das instituições de maneira linear e homogênea, lembrando o que lhe é conveniente e esquecendo o que não lhe é pertinente. Esteve, por sua vez, ligada ao movimento de afirmação de uma memória educacional histórica da Rede, ligada à exaltação de seu legado e de sua trajetória, para todos aqueles que fizeram, fazem¹¹ ou farão parte da instituição.

Recebido em: 13/07/2019

Aceito para publicação em: 24/07/2019

Notas

1 Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2019). Atua, principalmente, no campo da história da educação, cultura escolar e instituições escolares. Em sua dissertação, problematizou os discursos produzidos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) em torno das Comemorações dos 50 anos de atividade da Rede no Brasil em 1994, por meio da publicação do impresso pedagógico Coletânea Cenecista. Atua também em pesquisas voltadas para a história cultural das práticas educativas e o ensino de história. E-mail: limarthur5@gmail.com

2 Felipe Tiago Gomes nasceu no sítio Barra do Pedro, zona rural do município de Picuí, na Paraíba, no dia 1º de maio de 1921. Era o filho caçula de Elias Gomes Correia e Ana Maria da Conceição, proprietários de uma pequena propriedade rural, que trabalhavam no roçado. Em 1943, criou a Campanha do Ginásio Pobre (CGP), hoje CNEC, ao lado de um grupo de jovens estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que, tendo dificuldades durante toda a sua vida de acesso à educação, resolveram criar um Ginásio para atender aos jovens pobres da periferia de Recife; então, a Campanha se tornou uma Rede, espalhando-se por todo o país.

3 Relativo à hagiografia. Trata-se de biografias, da descrição da vida dos santos, beatos ou servos de Deus, pertencentes ao hagiológico de algumas igrejas cristãs, principalmente proclamados pela Igreja Católica Romana.

4 A partir do processo de democratização das escolas públicas, várias famílias, principalmente nas comunidades interioranas, prefeririam transferir seus filhos para tais estabelecimentos por causa da ausência da cobrança de taxas, algo comum nas escolas da Campanha, e também porque tais estabelecimentos, muitas vezes, apresentavam melhores condições estruturais.

5 A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade pregava em sua filosofia o ideal de uma escola comunitária, uma escola pertencente à comunidade, formada e mantida por ela. Logicamente que, durante o seu processo de expansão pelas diversas regiões do país, a Campanha recebeu incentivos, principalmente do poder público, ante a escassez de escolas públicas, fato que mudaria drasticamente com o processo de democratização do ensino público. Foi quando, gradativamente, a Rede Cenecista foi perdendo espaço em sua presença geográfica pelo país e também como política de manutenção da Rede por parte do governo. Logo, com um sistema de bolsas de estudo ou de mensalidades de baixo custo, a CNEC se caracterizava do ponto de vista de seus gestores como uma instituição semiprivada.

6 A CNEC, por meio de seu corpo dirigente, tinha a pretensão de que os textos da Coletânea fossem trabalhados nas escolas da Rede por professores e alunos; todavia, não se pode garantir que tal compêndio de fato tenha sido trabalhado em todos os estabelecimentos de ensino da CNEC e que seu discurso tenha sido recepcionado e apropriado por suas comunidades, por causa da distância abissal entre o texto escrito e o posterior processo de leitura e apropriação do texto por parte do leitor, o que não se configurou em objeto de estudo desta pesquisa – mas que se apresenta como uma questão para futuras pesquisas.

7 Como as escolas cenevistas eram abertas, em sua maioria, a partir da realidade das diversas comunidades em que se localizavam, muitas vezes os prédios não possuíam condições físicas e materiais de abrigarem estabelecimentos educacionais, funcionando, assim, de forma improvisada e insalubre.

8 A Campanha criada em 1943 só desenvolveria um estatuto e regimento próprio por ocasião do seu primeiro Congresso Ordinário, realizado na cidade do Recife em 1948, quando também foi eleito o primeiro conselho administrativo e financeiro da instituição, que adquiria, assim, o *status* de rede escolar de ensino. Primeiro, criou-se a Campanha; após tal processo, resolveu-se sistematizá-la por meio de um aparato jurídico que a normatizasse, como também os seus estabelecimentos educacionais. Durante o processo de pesquisa, não se teve acesso a esse estatuto.

9 Dulce de Oliveira Vermelho atuou diretamente na implantação da CNEC no Rio de Janeiro, tendo sido uma das primeiras secretárias da instituição, quando o movimento se instalava no então Distrito Federal.

10 A CNEC foi declarada uma entidade de utilidade pública no ano de 1954 pelo então presidente da República, João Café Filho, por meio do Decreto nº 36.505, de 30 de novembro.

11 Hoje, a CNEC conta com 94 unidades educacionais, sendo os Estados do Rio de Janeiro com 35 unidades, Rio Grande do Sul com 26, Minas Gerais com 21 e Ceará com 12 os entes federados com maior presença da CNEC. Existe ainda um estabelecimento educacional da Rede na Paraíba, a Escola Cenevista Ministro João Agripino Filho, em Santa Rita.

Referências

COLETÂNEA CENECISTA. Organização de Sebastião Garcia de Sousa e Felipe Tiago Gomes. Brasília: CNEC Edições, 1994a. v. I.

_____. Organização de Sebastião Garcia de Sousa e Felipe Tiago Gomes. Brasília: CNEC Edições, 1994b. v. II.

_____. Organização de Sebastião Garcia de Sousa e Felipe Tiago Gomes. Brasília: CNEC Edições, 1994c. v. III.

_____. Organização de Sebastião Garcia de Sousa e Felipe Tiago Gomes. Brasília: CNEC Edições, 1994d. v. IV.

CURY, Cláudia Engler; MORAIS, Maday de Sousa; SILVA, Michele Lima da. A Instrução na Paraíba oitocentista: Perspectiva Acerca das Instituições Escolares e da Cultura Material Escolar. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2012 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.02.pdf Acesso em: 17 jun. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica: a escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-76.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Tradução de por Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **O que é um autor?** Tradução de António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 2000.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Arthur Rodrigues de. **Tecendo os fios da Memória: da cultura escolar às representações históricas da Escola Cenecista São José (1974-1999).** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande 2015.

_____. **“A força de um ideal”:** a produção de uma memória Institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Tradução de Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, História e Historiografia da Educação. **Quaestio** - Revista de Estudos em Educação, v. 7, n. 1, p. p. 145-149, 2005. Disponível em: periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/download/41/41/. Acesso em: 19 jun. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SENA, Fabiana; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Os Compêndios Didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no império. **Educação Unisinos**, v.16, n. 1, p. 36-47, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.161.04/0>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária**: além do Estado e do mercado a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998). 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2001. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_79350171d6fc6ba00f8bec983f28aedd. Acesso em: 16 jun. 2019.

SOUSA, Sebastião Garcia de. Prefácio. *In*: COLETÂNEA CENECISTA. Brasília: CNEC Edições, 1994. v. I.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: Responsabilidade do Gestor Escolar. **Cadernos de História da Educação**, n. 3, p. 109-112, 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/369>. Acesso em: 19 jun. 2019.

_____. História das instituições escolares: de que se fala? *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2017.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço Escolar e História das Instituições escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, 2007. (p.147-163). Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=1579&dd2=1078&dd3...pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.